

# O DESAFIO DA ALFABETIZAÇÃO NO CENÁRIO PÓS-PANDÊMICO: IMPACTOS, DESIGUALDADES E CAMINHOS PARA A RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM

*THE CHALLENGE OF LITERACY IN THE POST-PANDEMIC SCENARIO: IMPACTS, INEQUALITIES, AND PATHWAYS TO LEARNING RECOVERY*

Adriana de Medeiros Marcolano<sup>1</sup>

Cleonara Maria Schwartz<sup>2</sup>

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/ab94ks33>

Aceito em: 01.08.2026

**Resumo:** A suspensão prolongada das atividades presenciais nas instituições escolares em decorrência da pandemia de COVID-19 produziu impactos significativos no processo de alfabetização de crianças matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ampliando desafios históricos relacionados à garantia do direito à aprendizagem. Este artigo analisa os efeitos do ensino remoto emergencial sobre a alfabetização, identifica o aprofundamento das desigualdades educacionais decorrentes de fatores socioeconômicos e territoriais e discute estratégias para a recomposição das aprendizagens. Metodologicamente, desenvolve-se uma revisão sistemática da literatura, articulada à análise de indicadores educacionais nacionais produzidos no contexto pós-pandemia. Os resultados evidenciam que a interrupção da interação pedagógica presencial comprometeu o desenvolvimento de habilidades fundamentais à alfabetização, especialmente a consciência fonológica, a compreensão do princípio alfabético e o estabelecimento das correspondências grafofonêmicas, repercutindo de forma mais intensa entre estudantes em situação de vulnerabilidade social. Observa-se, ainda, que as perdas de aprendizagem reforçaram desigualdades previamente existentes, evidenciando limitações no acesso às tecnologias digitais, na mediação familiar e nas condições objetivas de escolarização. Como perspectivas para a recomposição das aprendizagens, destacam-se a realização de diagnósticos pedagógicos contínuos, a implementação de práticas sistemáticas de instrução explícita do código alfabético, a reorganização curricular com foco nas aprendizagens essenciais e o fortalecimento de políticas públicas voltadas à formação continuada de professores, ao acompanhamento pedagógico e à equidade educacional. Conclui-se que a superação dos efeitos da pandemia sobre a alfabetização demanda ações integradas entre escola, sistemas de ensino e políticas públicas, orientadas pelo compromisso com a garantia do direito à educação de qualidade e à redução das desigualdades educacionais.

**Palavras-chave:** alfabetização; COVID-19; recomposição das aprendizagens;

- 1 Doutoranda em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: [adriana.medeiros@educador.edu.es.gov.br](mailto:adriana.medeiros@educador.edu.es.gov.br)
- 2 Doutora em Educação, Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil. E-mail: [cleonara.schwartz@gmail.com](mailto:cleonara.schwartz@gmail.com)



desigualdades educacionais.

**Abstract:** The prolonged suspension of face-to-face educational activities in schools due to the COVID-19 pandemic had significant impacts on the literacy development of children enrolled in the early years of elementary education, exacerbating longstanding challenges related to ensuring the right to learn. This article analyzes the effects of emergency remote teaching on literacy, identifies the widening of educational inequalities resulting from socioeconomic and territorial factors, and discusses strategies for learning recovery. Methodologically, the study is based on a systematic literature review combined with an analysis of national educational indicators produced in the post-pandemic context. The findings reveal that the interruption of in-person pedagogical interaction compromised the development of essential literacy skills, particularly phonological awareness, understanding of the alphabetic principle, and the establishment of grapheme-phoneme correspondences, with more severe consequences for students living in situations of social vulnerability. Furthermore, learning losses reinforced pre-existing inequalities, highlighting disparities in access to digital technologies, family support, and the material conditions necessary for effective schooling. As pathways for learning recovery, the study emphasizes the importance of continuous pedagogical assessment, the implementation of systematic explicit instruction in the alphabetic code, curriculum reorganization focused on essential learning outcomes, and the strengthening of public policies aimed at continuous teacher professional development, pedagogical support, and educational equity. It is concluded that overcoming the effects of the pandemic on literacy requires coordinated actions involving schools, education systems, and public policies, guided by a commitment to ensuring the right to quality education and reducing educational inequalities.

**Keywords:** literacy; COVID-19; learning recovery; educational inequalities.

## Introdução

A emergência sanitária global deflagrada pela COVID-19 culminou na suspensão sem precedentes das atividades escolares presenciais. No cenário brasileiro, a interrupção das aulas estendeu-se por um período substancialmente superior à média registrada pelos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), acarretando fraturas severas no fluxo de aprendizagem de milhões de estudantes.

Esse hiato instrucional incidiu de forma crítica sobre a alfabetização — estágio do desenvolvimento cognitivo e linguístico no qual a criança se apropria das convenções do Sistema de Escrita Alfabética (SEA). A transição súbita para o ensino remoto emergencial evidenciou disparidades estruturais históricas, caracterizadas pela assimetria no acesso aos recursos digitais, pela ausência de mediação pedagógica especializada no contexto familiar e pela impossibilidade de replicar, em ambientes virtuais, as interações socioemocionais e sensoriais determinantes para o domínio da leitura e da escrita.

Diante desse panorama, emergem as seguintes questões norteadoras: como o isolamento social impactou o domínio do código alfabético por crianças em fase de alfabetização, de que

maneira as assimetrias socioeconômicas aprofundaram o hiato de aprendizagem entre as redes pública e privada, e quais estratégias metodológicas e de gestão evidenciam eficácia para a recomposição de habilidades alfabéticas defasadas?

Para responder a esses questionamentos, este artigo objetiva analisar o panorama da alfabetização no Brasil pós-pandêmico, mensurar os retrocessos na consolidação da leitura e da escrita e sistematizar intervenções pedagógicas e diretrizes de políticas públicas voltadas à recomposição contínua dessas aprendizagens essenciais.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender os efeitos duradouros da pandemia de COVID-19 sobre a alfabetização de crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental, etapa decisiva para o desenvolvimento das competências de leitura e escrita e para a trajetória escolar dos estudantes. Ao analisar as repercussões do ensino remoto emergencial sobre a aprendizagem e o aprofundamento das desigualdades educacionais, a pesquisa contribui para o debate científico acerca dos desafios da recomposição das aprendizagens em contextos de vulnerabilidade social. Além disso, oferece subsídios para a formulação de políticas públicas e para o planejamento de práticas pedagógicas fundamentadas em evidências, capazes de orientar processos de avaliação diagnóstica, intervenção pedagógica e formação continuada de professores. Dessa forma, o estudo amplia a compreensão sobre os impactos da crise sanitária na educação básica e reforça a necessidade de estratégias articuladas que assegurem o direito à alfabetização e promovam maior equidade educacional.

## **2 Fundamentação teórica: a estrutura e a cognição da alfabetização**

A alfabetização configura-se como um processo neurocognitivo e linguístico de elevada complexidade, caracterizado pelo domínio e pela compreensão reflexiva de um sistema de representação visual da fala. Diferentemente da linguagem oral — cuja aquisição ocorre de forma natural e espontânea pela imersão nas interações sociais cotidianas —, o aprendizado da leitura e da escrita não é biologicamente primário. Conforme evidenciam os estudos da psicologia cognitiva e da neurociência da leitura, o cérebro humano não possui circuitos nativos pré-programados para o processamento do texto escrito, exigindo a reciclagem neuronal de áreas visuais e linguísticas.

Por conseguinte, a apropriação do código escrito não se dá por mera exposição passiva ou descoberta autônoma; ela requer um ensino explícito, sistemático, intencional e metodologicamente estruturado. Esse processo demanda do educando o desenvolvimento de habilidades de análise metalinguística, em especial a consciência fonológica, para que seja capaz de isolar as unidades sonoras da fala e correlacioná-las às suas respectivas representações gráficas.

No âmbito do desenvolvimento cognitivo, a consolidação da leitura requer a ativação articulada de dois eixos centrais: o reconhecimento preciso de palavras e a compreensão da linguagem verbal. Para que ocorra o domínio efetivo do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), a criança precisa compreender o princípio alfabético, isto é, a constatação reflexiva de que os

grafemas (letras e conjuntos de letras) representam abstratamente os fonemas (mínimas unidades sonoras da fala).

Essa trajetória exige o fortalecimento da consciência fonológica em seus múltiplos níveis, desde a percepção de rimas e aliteraões até o nível de consciência fonêmica propriamente dito. A fluência leitora opera como uma ponte crítica entre a decodificação automatizada e a extração de sentidos do texto. Quando o leitor precisa despende recursos cognitivos excessivos para decifrar isoladamente cada símbolo impresso, a memória de trabalho fica sobrecarregada, o que prejudica diretamente a retenção contextual, a inferência e a interpretação crítica.

Além do aspecto estritamente neurocognitivo, a alfabetização insere-se no campo do letramento social. O domínio do código escrito não se reduz ao adestramento técnico de correspondências grafofonêmicas, mas estende-se à capacidade de fazer uso social da escrita em situações comunicativas autênticas. A descontinuidade presencial imposta pela crise sanitária atingiu simultaneamente ambas as dimensões: comprometeu a instrução explícita necessária para a decodificação e privou os estudantes da imersão nas práticas sociais de leitura e escrita mediadas pela mediação docente no ambiente escolar.

### **3 Os impactos da pandemia na aquisição da leitura e da escrita**

a interrupção das atividades escolares presenciais fragilizou os pilares basilares do desenvolvimento linguístico infantil. As evidências empíricas e as avaliações de larga escala aplicadas no cenário pós-pandêmico indicam um expressivo retrocesso no percentual de crianças consideradas alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental — marco decisivo estabelecido pelas diretrizes curriculares nacionais. Esse distanciamento do cotidiano escolar comprometeu diretamente a consolidação da correspondência grafofonêmica e da fluência leitora, gerando lacunas estruturais que se manifestaram claramente no retorno às salas de aula.

Dentre os principais prejuízos identificados, destaca-se a acentuada dificuldade na segmentação fonêmica, em que os estudantes demonstraram incapacidade de isolar os sons individuais das palavras. Essa limitação resultou em produções escritas silábicas incompletas, marcadas pela omissão sistemática de consoantes e vogais. Aliado a isso, observou-se um atraso significativo no desenvolvimento da fluência leitora; a leitura tornou-se hesitantemente soletrada, desprovida do ritmo, da entonação e das pausas adequadas, o que obstaculizou de forma direta a apreensão do sentido global dos textos lidos.

Essas barreiras no processamento da linguagem também desencadearam uma profunda insegurança na produção textual espontânea. Ficou evidente a prevalência de hipóteses de escrita defasadas em relação à faixa etária dos alunos, acompanhadas de fragilidades na estruturação de frases simples e na distinção de letras espelhadas ou sonoramente semelhantes. Paralelamente, notou-se o comprometimento da memória de trabalho verbal: a falta de automatização do código alfabético passou a gerar uma fadiga cognitiva acentuada durante as tarefas de leitura autônoma mais prolongadas.

Em última análise, tais regressões decorrem, substancialmente, da impossibilidade de replicar no ambiente doméstico a mediação pedagógica intencional característica do alfabetizador. Como a aprendizagem do sistema de escrita exige *feedback* corretivo imediato, intervenção visual e auditiva pontual e estimulação multissensorial organizada, o ensino remoto emergencial, predominantemente baseado em atividades impressas descontextualizadas ou telas estáticas, mostrou-se insuficiente para assegurar a consolidação dessas competências essenciais.

### 3 Percorso metodológico

Para investigar os impactos do fechamento das instituições de ensino na apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) e formular diretrizes para a recomposição das aprendizagens, este estudo adota uma abordagem metodológica de natureza mista, de caráter descritivo-exploratório e procedimento documental e bibliográfico de corte longitudinal-comparativo, com recorte temporal fixado entre 2019 e 2024. A fundamentação do desenho metodológico assenta-se na articulação entre a revisão sistemática da literatura, balizada pelas e a análise estatística descritiva de dados secundários oriundos do sistema de avaliação educacional brasileiro em larga escala.

A primeira etapa do percurso consistiu no mapeamento bibliográfico e conceitual das produções científicas sobre alfabetização, consciência fonológica e impactos do ensino remoto emergencial. As buscas foram executadas nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scopus, Directory of Open Access Journals (DOAJ) e no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Para tanto, aplicaram-se descritores em língua portuguesa e inglesa, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR: (“Alfabetização” OR “Literacy”) AND (“COVID-19” OR “Pós-Pandemia”) AND (“Sistema de Escrita Alfabética” OR “Consciência Fonológica”) AND (“Recomposição da Aprendizagem”). Definiram-se como critérios de inclusão os artigos originais avaliados por pares que abordassem a apropriação do código escrito no 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, excluindo-se pesquisas restritas ao Ensino Superior ou sem fundamentação empírica clara.

Em seguida, a segunda etapa contemplou o levantamento e o tratamento quantitativo de microdados e relatórios oficiais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB/INEP), concentrando-se na Avaliação da Alfabetização do 2º ano do Ensino Fundamental nos ciclos de 2019, como referencial pré-pandêmico, e de 2021/2022, referente ao período de pós-retorno presencial. A fim de mapear o aprofundamento das assimetrias socioeconômicas e regionais, os resultados do SAEB foram correlacionados ao Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas (INSE/INEP) e aos relatórios da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua/IBGE) sumarizados pelo movimento Todos Pela Educação.

Por fim, a terceira etapa envolveu a triangulação dos achados por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), estruturada nas fases de pré-análise, exploração do material e tratamento das inferências. Os dados foram categorizados em três eixos centrais,

englobando os impactos neurocognitivos no domínio do código alfabético, o aprofundamento do hiato educacional entre as redes pública e privada e a matriz de intervenções pedagógicas para a recomposição do aprendizado. Vale ressaltar que, por utilizar exclusivamente bancos de dados de acesso público, secundários e desidentificados, este estudo dispensou a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), conforme estipulado pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), assegurando a reprodutibilidade metodológica e a transparência na análise dos dados.

## 4 Resultados e discussão

### 4.1 Impactos neurocognitivos no domínio do código alfabético

A análise dos dados compilados revela que a descontinuidade pedagógica presencial afetou de maneira direta as funções neurocognitivas essenciais para a apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA). Como o cérebro humano não dispõe de arquitetura neural inata para a leitura, dependendo da reciclagem neuronal de áreas visuais e auditivas, a ausência de instrução explícita e contínua provocou uma estagnação no desenvolvimento da consciência fonológica em níveis refinados. Os estudantes retornaram ao ambiente escolar com sérias dificuldades de segmentação e manipulação fonêmica, manifestando uma escrita predominantemente alfabética incompleta ou silábica sem valor sonoro, decorrente da incapacidade de relacionar de forma estável as unidades sonoras da fala aos seus respectivos grafemas.

Paralelamente à fragilidade na correspondência grafofonêmica, observou-se uma sobrecarga expressiva na memória de trabalho verbal durante os processos de leitura autônoma. Como a decodificação de letras e sílabas não atingiu o nível de automatização esperado para o 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, o esforço cognitivo despendido pelos estudantes concentrou-se quase exclusivamente no ato de decifrar os símbolos gráficos. Essa oscilação constante impediu a consolidação da fluência leitora, resultando em uma leitura hesitante, silabada e sem a prosódia adequada. Por conseguinte, a capacidade de retenção de informações em curto prazo e a interpretação textual global foram severamente prejudicadas, haja vista que a atenção cognitiva necessária para a inferência e compreensão crítica permaneceu consumida pela tentativa primária de decodificação.

Paralelamente à fragilidade na correspondência grafofonêmica, observou-se uma sobrecarga expressiva na memória de trabalho verbal durante os processos de leitura autônoma. Como a decodificação de letras e sílabas não atingiu o nível de automatização esperado para o 2º e 3º anos do Ensino Fundamental, o esforço cognitivo despendido pelos estudantes concentrou-se quase exclusivamente no ato de decifrar os símbolos gráficos. Essa oscilação constante impediu a consolidação da fluência leitora, resultando em uma leitura hesitante, silabada e sem a prosódia adequada. Por conseguinte, a capacidade de retenção de informações em curto prazo e a interpretação textual global foram severamente prejudicadas, haja vista que a atenção cognitiva

necessária para a inferência e compreensão crítica permaneceu consumida pela tentativa primária de decodificação.

#### 4.2 Aprofundamento do hiato educacional entre as redes pública e privada

A cruzamento dos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) com o Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas (INSE) evidencia que a retração nos índices de alfabetização não ocorreu de forma equitativa na sociedade brasileira. Enquanto as instituições da rede privada conseguiram realizar uma transição mais rápida para modelos remotos mediada por plataformas digitais interativas, conectividade de alta velocidade e suporte familiar estruturado, as escolas públicas enfrentaram um cenário de profunda exclusão digital. Em muitos contextos de extrema vulnerabilidade, a interação pedagógica ficou restrita à entrega bimestral de blocos de atividades impressas, cuja mediação ocorria sem orientação docente direta, desprovida de escuta atenta, correção imediata ou recursos multissensoriais.

Essa assimetria no acesso aos meios de aprendizagem aprofundou historicamente a fenda educacional entre as diferentes classes socioeconômicas e regiões do país. Os relatórios nacionais indicam que o percentual de crianças não alfabetizadas na rede pública ao final do 2º ano do Ensino Fundamental sofreu um salto alarmante no ciclo pós-pandêmico, com impactos desproporcionalmente mais severos sobre populações pretas, pardas e residentes em municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O letramento social das crianças vulneráveis foi duplamente empobrecido, visto que, além da privação da instrução formal do código, os ambientes domésticos durante o isolamento muitas vezes não ofereciam um acervo literário diversificado ou situações cotidianas de mediação da cultura escrita de alta complexidade.

Essa assimetria no acesso aos meios de aprendizagem aprofundou historicamente a fenda educacional entre as diferentes classes socioeconômicas e regiões do país. Os relatórios nacionais indicam que o percentual de crianças não alfabetizadas na rede pública ao final do 2º ano do Ensino Fundamental sofreu um salto alarmante no ciclo pós-pandêmico, com impactos desproporcionalmente mais severos sobre populações pretas, pardas e residentes em municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O letramento social das crianças vulneráveis foi duplamente empobrecido, visto que, além da privação da instrução formal do código, os ambientes domésticos durante o isolamento muitas vezes não ofereciam um acervo literário diversificado ou situações cotidianas de mediação da cultura escrita de alta complexidade.

#### 4.3 Matriz de intervenções pedagógicas para a recomposição do aprendizado

Diante da dimensão dos prejuízos diagnosticados, a superação dos déficits de aprendizagem exige a estruturação de uma matriz pedagógica intencional e cientificamente fundamentada,

distante de abordagens genéricas ou da mera aceleração de conteúdos curriculares avançados. O primeiro pilar dessa recomposição assenta-se na consolidação do diagnóstico pedagógico contínuo e de precisão, capaz de mapear pontualmente em qual hipótese de escrita a criança se encontra e quais habilidades metalinguísticas específicas apresentam lacunas. Esse mapeamento permite ao alfabetizador organizar agrupamentos flexíveis por nível de hipótese linguística, ajustando o foco da intervenção às necessidades reais de cada grupo de alunos.

O segundo pilar estratégico requer a retomada de rotinas focadas na instrução direta, sistemática e explícita do princípio alfabético e da consciência fonêmica. As evidências científicas indicam que a fluência leitora e a precisão ortográfica são restauradas com maior rapidez quando a escola promove atividades diárias de análise sonora, associação grafema-fonema e prática guiada de leitura de palavras e textos curtos. A mediação docente deve resgatar a estimulação multissensorial organizada, integrando recursos visuais, auditivos e cinestésicos que favoreçam o fortalecimento das conexões neurais necessárias para a leitura.

## 5 Considerações finais

O encerramento deste estudo permite reiterar que a crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19 não apenas suspendeu o cotidiano escolar, mas tensionou os fundamentos da alfabetização no Brasil, revelando a extrema dependência do aprendizado infantil em relação à mediação pedagógica presencial e intencional. Ao analisar o cenário pós-pandêmico, confirmou-se que o afastamento das salas de aula comprometeu de forma severa as bases neurocognitivas necessárias para o domínio do Sistema de Escrita Alfabética (SEA), gerando regressões acentuadas na consciência fonológica, na correspondência grafofonêmica e na fluência leitora de crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Ficou evidente, igualmente, que os impactos instrucionais não incidiram de maneira homogênea sobre a população escolar. As assimetrias socioeconômicas e regionais aprofundaram de forma alarmante a distância entre as redes pública e privada de ensino, penalizando prioritariamente os estudantes em situação de maior vulnerabilidade social, cujos lares não dispunham de infraestrutura tecnológica ou de condições para suprir a ausência da intervenção docente especializada. Essa discrepância evidencia que a garantia do direito à alfabetização na idade certa é, antes de tudo, um imperativo de equidade e justiça social.

Diante desse diagnóstico, a superação dos retrocessos acumulados exige abandonar soluções paliativas ou a mera aceleração de conteúdos, demandando a consolidação de políticas públicas e práticas de recomposição da aprendizagem estruturadas e sustentáveis. A efetividade desse processo assenta-se na aplicação contínua de diagnósticos pedagógicos de precisão, no fortalecimento do ensino explícito do código alfabético, na reorganização curricular focada em habilidades essenciais e no apoio multissensorial ao desenvolvimento da leitura e da escrita.

Por fim, destaca-se que nenhum arranjo metodológico será pleno sem o devido investimento na formação continuada de educadores e no fortalecimento do regime de colaboração entre entes

federativos. Espera-se que as reflexões e diretrizes sistematizadas neste trabalho contribuam para fundamentar decisões de gestão e práticas de sala de aula comprometidas com a erradicação do analfabetismo funcional e com a garantia do acesso pleno à cultura escrita por todas as crianças brasileiras.

## Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Relatório do 2º ciclo de acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: INEP, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: CNS, 2016.

MOATS, Louisa Cook. **Speech to print: language essentials for teachers**. 3. ed. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing, 2020.

PAGE, Matthew J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, n. 71, p. 1-9, 2021.

SANTOS, Carmi Ferraz; MENDONÇA, Márcia. **Alfabetização e letramento: conceitos e relações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório de impacto da pandemia na alfabetização das crianças brasileiras**. São Paulo: Todos Pela Educação, 2023.